

**MARCELA CARVALHO CAMPOS**

**CACHUERA! UMA EXPERIÊNCIA CULTURAL DO JONGO  
DO TAMANDARÉ**

**SÃO PAULO**

**CELACC-USP**

**2012**

**MARCELA CARVALHO CAMPOS**

**CACHUERA!**

**UMA EXPERIÊNCIA CULTURAL DO JONGO DO  
TAMANDARÉ**

Trabalho de conclusão do curso de Gestão de  
Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob  
a orientação do prof. Valdir Baptista.

**SÃO PAULO**

**CELACC-USP**

**2012**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço ao CELACC, em nome do prof. Dennis de Oliveira e da funcionária Maíra, que durante os últimos anos teve a mais completa paciência e aceitação diante de questões que atrasaram a execução deste trabalho. Agradeço ainda aos meus pais, que mesmo não estando mais presentes em minha vida são meu porto seguro. Agradeço aos meus irmãos, Marcel, Marcos, Maira e Chico, meus sobrinhos, tias e tios, em especial Regina, Cecília e Rafael e primos e primas, que sempre acompanham minhas ações. À Cachuera!, Paulo Dias, Renata, Isabel, Renato, Vanússia, Alexandra, Olga, Daniel, Shen e os rapazes do estúdio, Alê, Bimba e Ana Duda, que cederam seu tempo e conhecimento para a realização deste trabalho. E principalmente à comunidade do Tamandaré, que cito aqui apenas a Lucia, mas não me esqueço de nenhum deles. E ao meu orientador prof. Valdir Baptista, que em tão pouco tempo soube alinhar meus pensamentos.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO _____	06
2 SOBRE O JONGO – SÍMBOLO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA _____	07
3 A ASSOCIAÇÃO CULTURAL CACHUERA! E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL JONGUEIRA DO TAMANDARÉ _____	09
4 O PONTO DE CULTURA BEM-TE-VI _____	10
5 O PROJETO ACERVO EDIÇÕES DIDÁTICAS _____	13
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	14
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	17
ANEXOS (Entrevistas completas) _____	19
Anexo 1. Paulo Dias _____	20
Anexo 2. Lucia Maria de Oliveira _____	25
Anexo 3. Ana Dulce M. Coutinho _____	32
Anexo 4. José Vicente Ribeiro _____	34
Anexo 5. Alexandre Kishimoto _____	36
Anexo 6. Maria Cristina Troncarelli _____	38

# CACHUERA! UMA EXPERIÊNCIA CULTURAL DO JONGO DO TAMANDARÉ

Marcela Carvalho Campos<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo pretende, através da descrição e análise de dois projetos desenvolvidos pela Associação Cultural Cachuera! junto à comunidade do jongo do Tamandaré, em Guaratinguetá, São Paulo, apresentar as dificuldades encontradas em sua gestão e continuidade; e a efetiva transformação em seu modo de ver e valorizar sua cultura local, ancestral, mas que ainda se encontram afastados dos mecanismos de financiamento público e privado de recursos destinados à preservação da cultura popular tradicional brasileira; e as conseqüências da contínua falta de treinamento e formação acerca da realidade e necessidade destes grupos. Palavras chaves – Jongo. Projetos culturais. Formação. Gestão.

## ABSTRACT

This article intends, through the description and analysis of two projects developed by the Cultural Association Cachuera! beside the community of the jongo of the Tamandaré, in Guaratinguetá, São Paulo, to present the difficulties found in its management and continuity; and the effective transformation in its way to see and value its local, ancestral culture, but that still they meet moved away from the mechanisms of public and private financing of resources destined to the preservation of the popular culture traditional Brazilian; and the consequences of the continuous lack of training and formation concerning the reality and necessity of these groups.

Keywords – Jongo. Cultural projects. Training. Management

---

<sup>1</sup> Aluna de Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, da Pró-Reitoria de Pesquisas da USP. ECA-USP. Email: marcela\_ccampos@hotmail.com

## **RESUMEN**

Este artículo se propone, a través de la descripción y análisis de dos proyectos desarrollados por la Asociación Cultural Cachuera! junto a la comunidad del jongo del Tamandaré, en Guaratinguetá, São Paulo, presentar las dificultades encontradas en su gestión y continuidad; y la efectiva transformación en su modo de ver y valorar su cultura local, ancestral, pero que aún se encuentran alejados de los mecanismos de financiación pública y privado de recursos destinados a la preservación de la cultura popular tradicional brasileña; y las consecuencias de la carencia continua del entrenamiento y de la formación referente a la realidad y de la necesidad de estos grupos.

Palabras claves – Jongo. Proyectos culturales. Formación Gestión.

## 1 INTRODUÇÃO

Quando um jongueiro quer cantar,  
grita: “Cachuera!”,  
os tambores e a dança param,  
para recomeçar depois que  
o jongueiro entoou o seu ponto (DIAS, 2012)

Este artigo propõe-se a apresentar um estudo de caso de dois projetos culturais executados através do PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura, conhecido como Lei Rouanet, Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, instituída pelo Ministério da Cultura, e têm como foco o Jongo no Sudeste, antiga manifestação cultural de comunidades afro-brasileiras dessa região do país, cujo registro como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial foi aprovado em 15 de dezembro de 2005 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ambos os projetos, o Ponto de Cultura Bem-te-vi e o projeto Acervo Cachuera! Edições Didáticas, estão sendo realizados pela Associação Cultural Cachuera!, entidade sem fins lucrativos, agraciada pela Ordem do Mérito Cultural em 2007, concedida pelo Ministério da Cultura/Governo Federal, e qualificada como OSCIP, juntamente com uma das principais comunidades existentes de jongo, a do bairro do Tamandaré, na cidade de Guaratinguetá, no estado de São Paulo.

A Associação Cultural Cachuera! é a responsável jurídica pelos projetos, sendo o primeiro, projeto Bem-te-vi, beneficiado pelo Fundo Nacional de Cultura, Capítulo II do PRONAC, e selecionado através de edital público após a criação do Programa Cultura Viva em 2004, tendo como base os Pontos de Cultura; e o projeto Acervo Cachuera! Edições Didáticas, escolhido em edital do Programa Petrobras Cultural 2006-2007, cujos recursos também são destinados pela União através do PRONAC, Capítulo IV, Do Incentivo de Projetos Culturais, neste caso, na forma de patrocínio.

Destacam-se aqui os referidos capítulos do PRONAC, sendo o Capítulo II, do Fundo Nacional de Cultura, que trata de recurso “destinado às comunidades, grupos culturais e

regiões que não despertam interesse de mercado,” (TURINO, 2009: 40), fornecidos diretamente pelo Ministério da Cultura, através de editais públicos, cujos objetivos perpassam as políticas públicas determinadas em seu Programa de Trabalho Anual; e o Capítulo IV, que trata do incentivo fiscal, que pressupõe a realização de projetos em que “a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios.”

A intenção é discorrer sobre a gestão, o conteúdo e a relevância destes projetos e sua eficácia junto à comunidade beneficiária, a Associação Cultural Jongueira do Tamandaré, através da análise de suas características, uma vez executados em diferentes contextos, um como resultado de uma política pública adotada pelo principal órgão de cultura nacional e outro guiado por políticas de comunicação de uma empresa com fins lucrativos, ainda que de capital misto.

## **2 SOBRE O JONGO – SÍMBOLO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA**

O jongo tem origem nos grupos de língua banto trazidos ao Brasil, a partir do século XVI, das regiões do Congo, Angola e Moçambique, para trabalharem como escravos nas fazendas de café e engenhos de cana de açúcar. Próprio do vale do rio Paraíba, região que entremeia os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, trata-se de uma celebração, através de movimentos de dança e canto, com a utilização de tambores de percussão, talhados em grandes troncos de madeira, chamados tambús.

Muitos são os grupos espalhados pela região Sudeste que mantêm esta tradição em sua forma original que, entre falas cifradas e simbólicas chamados pontos, possuem em sua essência a antiga forma de comunicação entre os escravos. Como eram frequentemente impedidos por seus senhores de manifestarem qualquer referência às suas origens e tradições, se valiam destes expedientes para driblar estas proibições:

Como era um dos poucos momentos de encontro e de celebração dos negros escravizados, na roda de jongo eles exprimiam, através do canto, diferentes aspectos da vida em sociedade: havia o momento religioso, com cânticos de louvação aos antepassados; havia também espaço para o lazer e para comentar os acontecimentos



da comunidade, uma espécie de crônica social cantada; havia ainda as disputas por prestígio através de desafios entre os jongueiros cumba, isto é, os sábios, aqueles que conheciam a tradição. (DIAS, 2012)

Reconhecido o valor secular desta prática pelo IPHAN e inscrito no Livro das Formas de Expressão, o jongo ganhou uma notoriedade ainda que tardia, como sendo uma das mais antigas manifestações da cultura brasileira. Este processo de aprovação, segundo Paulo Dias, presidente da Associação Cultural Cachuera! e participante do grupo que apoiou a pesquisa para o registro, “foi a possibilidade de intensificar encontros e articulações entre as comunidades, que antes pouco se conheciam. Anteriormente existiam sim, encontros entre algumas delas, de âmbito mais limitado” (Entrevista concedida em 03/04/12), o que deu ao jongo e as comunidades afrodescendentes que o preservaram, um sentido de valor nunca antes percebido por eles próprios e reconhecido por terceiros.

Para melhor exemplificar essa manifestação popular, transcrevemos abaixo alguns pontos de jongo retirados do livro a ser lançado em 2012 pela Associação Cultural Cachuera! dentro do projeto Acervo Cachuera! Edições Didáticas. O primeiro refere-se à época após a abolição da escravatura e o desalento dos escravos recém libertados com a falta de apoio das autoridades em sua nova condição de cidadão.

Ahi, não deu banco pra nos sentar  
Dona rainha me deu cama, mas não deu banco pra me sentar

**Carrero  
(Tradição)**

Carrero bebe  
Candieiro também bebe  
O patrão mandou dizer  
Não ensina o boi beber.

**Povo de Angola  
(Seu Togo)**

Saravá povo de Angola  
saravá negros bantus  
jongueiro para ser bom  
tem que saravá o tambú.

**Cachimbo da vovó**

**(Totonho)**

Olha a fumaça do cachimbo da vovó

Olha a fumaça do cachimbo da vovó

Oi tá fazendo sim,

oi tá fazendo, tá fazendo caracol

### **3 A ASSOCIAÇÃO CULTURAL CACHUERA! E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL JONGUEIRA DO TAMANDARÉ**

A Associação Cultural Cachuera! iniciou suas atividades em 1988, nesta ocasião sem a formalização de sua condição jurídica, ocorrida apenas em 1998. Através de ações de registro de depoimentos, entrevistas, fotografias e gravações audiovisuais de pessoas e grupos pertencentes a manifestações culturais em sua predominância afro-brasileiras, em festas populares e religiosas, em especial da região Sudeste, este conjunto veio a se tornar o Acervo Cachuera!, importante referência para pesquisadores, estudantes e público em geral, e um dos poucos materiais disponíveis de registro e preservação de antigas tradições de origem popular brasileira.

Seu mentor e criador, Paulo Dias, etnomusicólogo e grande especialista em cultura popular, iniciou em 1993 suas idas a Guaratinguetá, “a procura de comunidades que praticassem o jongo, que aparecia nos livros dos folcloristas, mas não era mostrado nas mídias nem em publicações não folclóricas.” (Entrevista concedida em 03/04/12)

Tia Fia, Dona Mazé, Dona Tó, Sr. Togo, Totonho e tantos outros, alguns já falecidos, a partir de uma identificação natural com o grupo da Cachuera!, passaram a fornecer esta bagagem cultural, fruto de suas heranças ancestrais, através de depoimentos, entrevistas e fotografias de seus mestres e praticantes do jongo nesta região: “O sr. Togo afirma que o jongo é praticado no Tamandaré há cerca de cem anos, sendo trazido ao bairro, junto com a imagem e a reza de São Pedro, pelo sr. Pedro Henrique, patriarca da família de Tia Fia e Dona Mazé.” (DIAS, 2012)

Desde cedo, um grande vínculo se criou entre as partes, o que favoreceu o recolhimento deste acervo, abrindo caminho para o desenvolvimento de projetos, parcerias, apoio junto às autoridades locais, visitas mútuas, apresentações, e uma crescente visibilidade não só do jongo do Tamandaré, mas da comunidade em si, marginalizada e frequentemente desconhecida pelos habitantes da própria cidade.

Entre várias atividades em conjunto, a Associação Cachuera! contribuiu intensamente para a formalização deste grupo de jongueiros, culminando na criação da Associação Cultural Jongueira do Tamandaré, cujos membros, entre eles, sua atual presidente Lucia Maria de Oliveira, finalmente se institucionalizaram como fiéis depositários da cultura dos escravos que um dia ali habitaram e fizeram do jongo uma prática tão brasileira quanto africana. Segundo Lucia:

Nós aprendemos a dar mais valor à parte da cultura, aprendemos a conhecer os valores que a gente tem, que a gente não sabia que tinha tanto valor, a cultura afro-brasileira, aprendemos a ver projetos, a procurar projeto para poder estar ensinando as crianças, passando a nossa cultura, que é o jongo. (Entrevista concedida em 04/04/12)

#### **4 O PONTO DE CULTURA BEM-TE-VI**

O Ponto de Cultura Bem-te-vi, iniciado em 2005, tem como principal objetivo a preservação do jongo através da capacitação dos chamados “bem-te-vis”, jongueiros mais novos, antes proibidos de participarem das rodas, mas que ao passar do tempo, os jongueiros mais velhos, os “juritis”, constataram que, caso não houvesse um engajamento e um repasse destas tradições às novas gerações, o jongo em Guaratinguetá poderia desaparecer.

O projeto foi selecionado pelo Programa Cultura Viva, criado durante o mandato do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil em 2004, por Célio Turino e sua equipe, da Secretaria de Cidadania Cultural, e que segundo o Ministério:

(...) prevê um processo contínuo e dinâmico, cujo desenvolvimento se dá a partir da articulação com atores pré-existentes ligados aos Pontos. Ou seja, em lugar de determinar ou impor ações e condutas, o Programa estimula a criatividade, propiciando o resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura

produzida em cada localidade. (disponível no site <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>)

Os primeiros pontos de cultura, entre eles o Bem-te-vi, receberiam o valor de R\$ 148 mil em cinco parcelas, através da modalidade de contratação denominada convênio, o que obrigava os proponentes, entidades sem fins lucrativos legalmente constituídas, a oferecer uma contrapartida em recursos financeiros, bens ou serviços, no valor equivalente a 20% do valor total do projeto, neste caso R\$ 37 mil.

Este mecanismo contratual criou, pela sua essência, duas questões para os jongueiros. Uma em relação à dificuldade em apresentar a referida contrapartida; e a segunda, o fechamento do contrato com o Ministério diante de sua condição informal de existência, já que a Associação Cultural Jongueira do Tamandaré na ocasião do edital ainda não estava juridicamente constituída.

Tais fatores levaram a Associação Cultural Cachuera! a se apresentar como proponente no edital, tornando-se a responsável jurídica pelo projeto, destituindo parcialmente o protagonismo dos jongueiros. Entretanto tal medida mostrou-se de grande importância e necessidade.

Durante a execução do convênio, descobriu-se que o mesmo exigia uma estrutura operacional e um conhecimento específico para sua realização, os quais os jongueiros não possuíam e nem haviam sido previamente formados para tal, faltando-lhes instrumental técnico capaz de habilitá-los a esta complexa gestão como, por exemplo, a exigência de documentos fiscais padrão, em sua maioria desconhecidos por estes grupos, essencialmente informais.

O fato da Associação Cultural Cachuera! possuir uma equipe profissional (sendo esta a contrapartida oferecida ao convênio) foi fundamental para os membros da comunidade, que mesmo assim se viram diante de questões de ordem burocrática de difícil entendimento, como as prestações de contas parciais, que devido ao intervalo indeterminado entre os repasses, geraram constantes paralisações das atividades, demandando constante rearticulação

dos grupos, novos acordos com parceiros e órgãos públicos, comprometendo muitas vezes sua credibilidade diante da comunidade.

Este tipo de situação ocorreu em diversos projetos semelhantes em todo o país, pois o Ministério da Cultura não conseguiu criar mecanismos capazes de suprir tal deficiência junto às comunidades tradicionais, conforme atesta o próprio Célio Turino, em seu livro Pontos de Cultura, o Brasil de baixo para cima:

O Estado não está preparado para se relacionar diretamente com o povo. (...) O emaranhado legal e a insuficiente estrutura de gestão e acompanhamento provocaram (provocam) grande instabilidade. A prestação de contas travou, houve problemas com o pagamento de bolsas para jovens, recursos das parcelas seguintes chegaram com atraso. (TURINO, 2009: 38)

Diante ainda do fato dos contratos em forma de convênio com a União terem um prazo de vigência máximo de 60 meses, determinado por lei, e dado que os pontos de cultura recebiam os recursos, em cinco parcelas, demandando o mesmo número de prestações de contas parciais, isto agravou os problemas, pois este tempo se mostrou insuficiente para a realização dos projetos.

Desta forma o Ponto de Cultura Bem-te-vi teve o repasse de recursos interrompido ao completar cinco anos, o que ocorreu durante sua terceira etapa, faltando ainda duas parcelas e várias ações do projeto a concluir, gerando nos integrantes da comunidade uma enorme frustração, conforme Lucia destaca:

(...) se eles tivessem assim mandado um recado, uma escrita, um telegrama, alguma coisa, dizendo, olha está terminando o prazo, o prazo é tal, até tal dia a gente vai... vocês vão ter, depois vocês não vão ter mais ajuda, pra gente não deixar as crianças na mão, porque as crianças ficaram tudo na mão, porque ficaram sem ter onde ir, sem ter onde fazer seus exercícios, (...), as crianças ficaram na mão e nós também, porque parou as atividades. (Entrevista concedida em 04/04/12)

## **5 O PROJETO ACERVO EDIÇÕES DIDÁTICAS**

O projeto Acervo Cachuera! - Mapeamento e difusão da cultura popular tradicional brasileira - Edições Didáticas - foi criado pela Associação Cultural Cachuera! e selecionado em edital público do Programa Petrobras Cultural em 2007.

Ainda em fase de execução, tem como objetivo a devolução à sociedade do material do Acervo Cachuera!, coletado em comunidades tradicionais ao longo destes anos, através da criação de um Centro de Memória, onde serão depositadas cópias deste material para pesquisa e uso público, além da criação de um kit voltado a educadores, formado por um livro, um CD e um DVD sobre as manifestações culturais escolhidas, no caso o Batuque de Umbigada de Piracicaba, Tietê e Capivari no interior de São Paulo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Jatobá próximo a Belo Horizonte, Minas Gerais e o Jongo do Tamandaré, o qual tomamos aqui seu caso específico.

Seu grande diferencial é a participação coletiva dos membros das comunidades no desenvolvimento dos produtos culturais. Diversas oficinas foram organizadas com os integrantes da comunidade do Tamandaré para a criação do livro, incluindo imagens e redação, além da seleção dos pontos a serem gravados no CD.

O projeto teve em sua formatação uma série de dificuldades, cuja execução seria difícil contando apenas com os recursos da comunidade. Os procedimentos básicos exigiram a inscrição do projeto no edital da Petrobras. Posteriormente, quando selecionado, o projeto deveria ser aprovado pelo Ministério da Cultura, através da Lei Rouanet, o que demandou conhecimento jurídico e burocrático.

Contando ainda com um cronograma limitado, esta questão teve um efeito muito negativo na execução do projeto, uma vez que o processo colaborativo junto à comunidade, atualmente dividida em duas associações, a Associação Cultural Jongueira do Tamandaré e a Associação Cultural Quilombolas, demandou tempo para pesquisas, reuniões, aprovação de materiais, correções, além de articulações com instituições privadas e órgãos públicos municipais para a implantação do Centro de Memória.

Ainda que em fase de finalização dos produtos da comunidade do jongo do Tamandaré, novas extensões de prazo fazem-se necessárias, devido principalmente à diferença identificada durante o projeto, da forma de percepção e prática do elemento tempo entre Ministério, patrocinador, coordenadores e, especialmente, comunidade, cujo ritmo de seus componentes dificilmente coaduna com os complexos procedimentos exigidos pela Lei Roaunet.

Segundo Alexandre Kishimoto, um dos integrantes do projeto que conduziu a realização das oficinas para criação do conteúdo dos materiais, além de pesquisas e redação de textos, as principais dificuldades encontradas neste processo são:

A necessidade de se observar o tempo para a realização das atividades por parte dos membros da comunidade, que muitas vezes não corresponde às expectativas dos apoiadores. A demora e indefinição dos poderes públicos local e regional no apoio para a construção da(s) sede(s) das associações dos jongueiros, o que levou a uma mudança com relação à implementação do Centro de Memória. A necessidade de se pactuar e consensuar todas as etapas da elaboração do livro. (Entrevista concedida em 31/03/12)

A despeito de sua grande riqueza cultural, questões como estas são frequentes em comunidades de cultura popular tradicional, que em sua maioria não possuem formação teórica e prática na execução de projetos culturais, demandando um processo didático bastante específico para seu desenvolvimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

David Finn, renomado relações públicas americano afirma: “rápidas incursões pelo mundo das artes raramente tiveram qualquer utilidade ou valor. É o efeito cumulativo de uma política duradoura – mesmo que sofra com mudanças na direção e gerência – que fazem a diferença.” (FINN, n/d: p. 7)

Esta situação retrata a realidade vivida pelos membros do jongo do Tamandaré. Muito se percebe na evolução desta comunidade, mas suas atividades culturais ainda são limitadas

por sua inexperiência, sua falta de conhecimentos técnicos e o isolamento mantido pelo poder público, os quais impedem seu progresso contínuo e acelerado em um cenário de dominação de recursos segregacionista, como se vê na fala de Paulo Dias:

Sem essa atividade formativa continuada em escala nacional, viabilizada como um programa, sem o tal "empoderamento" de que se falou na implantação dos pontos, sem o protagonismo dos líderes das comunidades na gestão de seu patrimônio cultural, as comunidades vão permanecer eternamente dependentes de mediadores como ONGs, pesquisadores, produtores, políticos etc., quase sempre pertencentes a estratos sociais elevados, e movidos por interesses e intenções variados. (Entrevista concedida em 04/04/2012)

Parcerias como a existente entre o Jongo do Tamandaré e a Associação Cultural Cachuera! devem ser somatórias e não determinantes para suprir as deficiências destes grupos. A nova arquitetura dos projetos culturais passa necessariamente pelo “eixo dos empreendimentos de desenvolvimento de capital cultural. Aqueles que ampliam os equipamentos, as oportunidades e o conhecimento para que a atividade cultural adquira sustentabilidade econômica.” (BRANT, 2005: 10)

Novos canais de comunicação devem ser criados com estas comunidades, reavaliando diagnósticos, repensando procedimentos e retomando ações, a fim de implantar novas formas de cooperação entre seus integrantes e as instituições públicas responsáveis pelo fomento e difusão deste saber cultural.

O Ministério da Cultura poderia criar parcerias diretamente com os municípios, através da criação de núcleos de atendimento constituídos por agentes culturais públicos treinados, que a despeito de mudanças políticas, estariam constantemente oferecendo apoio para a formatação, acompanhamento e execução de projetos culturais de interesse destes grupos minoritários, o que dificilmente conseguiriam por conta própria.

A Lei Rouanet, assim como leis semelhantes em nível estadual e municipal, está constantemente sofrendo alterações. Somente um grupo especializado tem condições de acompanhar tais mudanças, repassando gradativamente este aprendizado aos agentes culturais destas comunidades, criando assim novas possibilidades de acesso a recursos públicos e privados, a partir do aprimoramento efetivo do potencial de gestão destas pessoas.



Patrocinadores devem colocar o interesse institucional sob novas perspectivas de relacionamento com estes grupos minoritários. Ações de marketing cultural e relações públicas devem estar totalmente integradas às reais necessidades destas comunidades de cultura popular tradicional, adicionando ao caráter cultural de seu patrocínio, metas mais amplas e continuadas de desenvolvimento social.

Se as relações entre estes setores se mantiverem tutelares ou de frequente abandono, a experiência e a história se perdem. Os jovens viverão seu presente sem ter um dia visto seu passado, quebrando ligações centenárias, esvaziadas pela indiferença e pelo desconhecimento.

Não é fácil materializar os projetos do jongo do Tamandaré, mas quando se vê em fotografias antigas, um escravo tendo seu trabalho tomado à força e a sua tentativa em preservar suas origens, o respeito e a compaixão devem despertar o estímulo necessário, que transformado em atitudes, mantenha o acesso a este patrimônio imaterial, símbolo de nossas raízes, crescendo e sustentando nosso futuro.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Rômulo. **O Averso da Cena**, Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010

BAYARDO, Rubens. **A gestão cultural e a questão da formação**, in: *Revista Observatório Itaú Cultural*, jul./set., n.6. São Paulo: Itaú Cultural, 2008

BRANT, Leonardo. **Cidadania Empresarial por uma democracia cultural**, in *Arquitetura Cultural*. São Paulo: Brant Associados, 2005

CESNIK, Fábio. **Guia de Incentivo à Cultura**. São Paulo: Manole Editora, 2002

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural: profissão em formação**. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2007

DIAS, Paulo et al. (org.) **O jongo do Tamandaré – Guaratinguetá (SP)**. São Paulo: Associação Cultural Cachuera!, 2012 (no prelo)

FERREIRA, Maria Nazareth. **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2006

FINN, David. **Associando Arte com Relações Públicas**, in: *Arte-Empresa, uma parceira multiplicadora*. Business Committee for the Arts, Inc. São Paulo: n/d PRONAC - Lei Rouanet

MUYLAERT, Roberto. **Marketing Cultural e Comunicação Dirigida**. São Paulo: Globo, 1993

OLIVIERI, Cristiane e NATALE, Edson. **Guia Brasileiro de Produção Cultural 2010-2011**. São Paulo: Edições SESCSP, 2010

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009

Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991

Sites consultados

[www.iphan.gov.br/](http://www.iphan.gov.br/), acessado em 11/03/12

[www.cachuera.org.br](http://www.cachuera.org.br), acessado em 12/03/12

[www.cultura.gov.br/culturaviva](http://www.cultura.gov.br/culturaviva), acessado em 12/03/12

## **ANEXOS**

### **Entrevistas Completas**

## **Anexo 1. Paulo Dias – presidente Associação Cultural Cachuera!**

### **Entrevista concedida em 03/04/2012**

1) Como e quando iniciou sua relação com a comunidade do jongo do bairro do Tamandaré em Guaratinguetá?

Foi em 93, quando eu andava a procura de comunidades que praticassem o jongo, que aparecia nos livros dos folcloristas, mas não era mostrado nas mídias nem em publicações não folclóricas. Instigado pela possível sobrevivência dessa forma cultural afro-brasileira "invisível", cheguei a Guará por ocasião de uma festa de S. Benedito, e acabei conhecendo o Frazão, filho da Tia Fia, num boteco (lugar de encontro "informal", por oposição aos "formais" que eram as secretarias de cultura e museus que eu procurara antes - e que me ocultaram o jongo). Assim conheci Tia Fia, cuja casa é uma espécie de "sede" do jongo do Tamandaré - é lá que se reza para os santos de junho antes da roda começar. E Dona Mazé, uma das jongueiras mais experientes e liderança forte na comunidade jongueira. De início frequentei a comunidade apenas nas festas juninas, e minha relação com seus membros era de um músico-pesquisador maravilhado, tanto pelo lado estético quanto pela complexidade e interesse propriamente etnomusicológico (e antropológico, sociológico, literário...) daquele evento. As pessoas também me cativavam, e acabei fazendo muitos amigos por lá, e envolvendo meus próprios amigos do nascente "Cachuera!" com a comunidade por ocasião das festas. Com eles realizava trabalhos de campos com registros em áudio, vídeo e fotografia, que vieram a constituir itens do Acervo da Cachuera!, e eram retornados em cópias para a comunidade (entregues aos líderes).

Fui escolhido festeiro em mais de uma ocasião. Depois, a partir do final dos 90, vieram os projetos dos CDs, do filme "Feiticeiros da Palavra", do Ponto de Cultura, do projeto Acervo Cachuera! Edições Didáticas, e tivemos de elaborar alianças mais pensadas, mais complexas, com a comunidade na figura de alguns de seus membros, André, por exemplo, que sempre foi o produtor local, o Totonho, mediador e interlocutor privilegiado, Zé Carlos e Togo, profundos conhecedores do jongo tradicional, China, incrível bailarino etc. A realização de parcerias implicou uma presença maior na comunidade, fora dos dias de festa, e em conhecer melhor sua dura realidade – desemprego, marginalização, etc. Significou também penetrar mais a fundo nos seus conflitos, suas cisões, e sobretudo ter maior consciência dos desequilíbrios políticos que nossa presença provocava, assumindo nossa parte de

responsabilidade e procurando discuti-la com a comunidade de maneira transparente. Surgem desconfiças, por parte de alguns membros de um grupo dissidente, da integridade de nossa atuação, em relação a projetos como Bem-te-vi e Feiticeiros da Palavra (ganhar dinheiro com apropriação indébita da cultura popular). Por conta dessa desconfiça, parte de um projeto (Acervo Cachuera! Edições Didáticas) foi posto seriamente em risco, já que era de autoria coletiva e dependia de um acordo entre todos. Porém as dúvidas desses membros foram esclarecidas em repetidas reuniões, e o pacto restabelecido.

2) Qual o resultado do registro do Jongo no Sudeste no Livro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial pelo IPHAN para as comunidades jogueiras, em especial a do jongo do Tamandaré?

Diz o Jefinho no Cap. 4 do livro "O Jongo do Tamandaré" (PAED), sobre o registro do jongo pelo IPHAN como patrimônio imaterial em 2001 - "Para o jongo realizado no bairro do Tamandaré, esse título não mudou muita coisa; já para o conjunto de comunidades jogueiras, representou uma infinidade de mudanças". Eu diria que o principal efeito do registro foi a possibilidade de intensificar encontros e articulações entre as comunidades, que antes pouco se conheciam. Anteriormente existiam sim, encontros entre algumas delas, de âmbito mais limitado: os "Encontros de Jogueiros" idealizados por um professor da UFF de Santo Antônio de Pádua (Prof. Hélio Machado de Castro), RJ, a partir de 1996, onde havia um momento em que as comunidades faziam sua plenária e discutiam questões referentes ao jongo e à sua perpetuação. Após o registro do jongo, em 2008, a educadora Elaine Monteiro, também da UFF Pádua, organiza junto com 13 comunidades jogueiras do RJ, SP, MG e ES - o Pontão do Jongo/Caxambu, com sede em Niterói ([www.pontaojongo.uff.br](http://www.pontaojongo.uff.br)), tendo como ação básica a implementação de um Plano de Salvaguarda do Jongo. Segundo o site da entidade, "O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense, o IPHAN e as comunidades jogueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação". Com as reuniões de articulação e eventos organizados pelo Pontão, criam-se vínculos e parcerias entre as comunidades, através de suas principais lideranças, que discutem em grupo seus problemas comuns. Há cursos de formação para jovens lideranças, capacitação para registro em vídeo, etc, promovidos em cada comunidade do Pontão e encontros em fazendas históricas dos territórios jogueiros. Forma-se até um grupo de apresentação no Pontão, "Jogueiros do

Sudeste", composto por membros e lideranças de diferentes comunidades. São elaborados e lançados produtos como o fichário contendo DVDs com documentários sobre o jongo de algumas comunidades, a ser usado nas escolas locais. Outra coisa a notar é que, após o registro, e principalmente com o início das atividades do Pontão, revelam-se muitas comunidades jongueiras que antes eram pouco ou nada conhecidas, como as de Minas e da região de Cachoeiro do Itapemirim, no ES (cerca de 15 comunidades). Elas reivindicam também o título recebido pelas demais comunidades e querem participar do Pontão, embora o recurso para isso (cerca de 400 mil reais para o projeto todo) seja limitado.

3) Quais em sua opinião são os principais benefícios da criação do Ponto de Cultura Bem-te-vi? E em oposição, seus aspectos negativos?

O Ponto de Cultura Bem-Te-Vi teve como aspectos positivos a realização de oficinas de dança, música, bordado, capoeira, hip-hop, artes plásticas pelos jovens da comunidade, assim como rodas de jongo semanais com jovens da comunidade jongueira do Tamandaré, em Guaratinguetá-SP. Os jovens também puderam entrevistar jongueiros antigos da comunidade, fazendo registros em áudio e vídeo. De início as oficinas eram ministradas por professores vindos de São Paulo, e depois, por solicitação dos participantes, foram contratados professores locais, inclusive alguns da própria comunidade. O ponto negativo foi, sobretudo, o fato de o Ponto de Cultura ter sido obtido pela Associação Cultural Cachuera e "repassado" à comunidade jongueira, o que dificultou a sua administração. A gestão era feita remotamente na sede da Cachuera! em São Paulo, e devido à distância e precariedade de comunicação, muitos dos problemas surgidos demoravam para serem resolvidos. Não houve protagonismo local na administração do Ponto de Cultura, o que exigia mediação constante por parte da Cachuera!. A coordenação pedagógica passou por muitas mãos, e foi, em geral, mal conduzida; não se chegou a formular uma diretriz pedagógica básica para o projeto. Sabia-se que o foco era "lazer cultural" para jovens e a valorização por eles do legado jongueiro, porém não foram elaboradas estratégias e dinâmicas de grupo para que esses objetivos fossem de fato alcançados, e pudessem ter certa durabilidade. De outro lado, a prestação de contas mostrou-se tarefa impossível: o pouco controle exercido sobre os gastos, com comprovantes sempre insuficientes, por exemplo, foi um dificultador - teria sido preciso um treinamento bastante mais rigoroso dos agentes da comunidade em relação a isso. Nesse ponto, devo fazer uma observação: por ocasião das TEIAS, encontros entre Pontos de

Cultura, não se oferecia nenhuma oficina ou palestra sobre a prestação de contas e seus caminhos tortuosos. Em minha opinião, a máquina administrativo–financeira do Governo Federal não acompanhou as grandes mudanças na política cultural sob o ministro Gilberto Gil. De que adianta o "do in antropológico" se não há acompanhamento contábil no sentido de orientar comunidades que estiveram durante pelo menos cinco séculos alijadas das benesses do dinheiro público? De que adianta alimentar o sonho se depois vem o pesadelo da inadimplência (parece que o índice é alarmante entre os Pontos de Cultura), o "nome sujo" no Ministério da Cultura? Por que responsabilizar assim comunidades historicamente distantes da cultura e da administração oficiais, econômica e socialmente desfavorecidas, evocando saberes que não fazem parte de seu repertório? Não entendemos por que nunca nenhum gestor estatal foi às comunidades aprender sobre seus modos próprios de gestão, sobre a economia das festas populares, etc (antes de tachá-las de "informais"...), para, em seguida, elaborar um sistema contábil híbrido que incorporasse essas práticas. Como só acontece, essas comunidades foram abandonadas à sua própria (falta de) sorte.

4) Em sua opinião, como poderiam melhorar as ações do Ministério da Cultura junto aos Pontos de Cultura, com destaque ao Ponto de Cultura Bem-te-vi, que na interrupção das atividades e término de repasse de recursos públicos, se vêem sem nenhum apoio?

Acho que já respondi na anterior a parte sobre prestação de contas. Para a continuidade das atividades dos Pontos, é preciso que as comunidades tenham acesso à captação de recursos públicos e privados. E para isso, seria necessário que o MINC organizasse cursos especiais para jovens lideranças dessas comunidades, aqueles jovens que têm uma formação escolar melhor e se interessam em lutar pela sua comunidade, e representá-la em diferentes fóruns. Sem essa atividade formativa continuada em escala nacional, viabilizada como um programa, sem o tal "empoderamento" de que se falou na implantação dos Pontos, sem o protagonismo dos líderes das comunidades na gestão de seu patrimônio cultural, as comunidades vão permanecer eternamente dependentes de mediadores como ONGs, pesquisadores, produtores, políticos etc., quase sempre pertencentes a estratos sociais elevados, e movidos por interesses e intenções variados. Cabe mais uma vez o bordão: como equacionar esse *gap* de séculos de exclusão dos meandros do poder não mediante uma intensíssima e séria ação afirmativa dos poderes públicos, que habilite as lideranças comunitárias a ficarem em pé de igualdade, por exemplo, como dirigentes de ONGs, na disputa pela obtenção de verbas de editais e outras



formas de captação? O apoio das ONGs às comunidades segue a lógica da terceirização, ou seja, do leilão das responsabilidades do país sobre grupos sociais identitários considerados "interessantes" pelo legado tradicional que carregam, (portanto importantes para a formulação de uma "identidade nacional", tema que tanto apaixona a elite intelectual e dirigente do país). Na maior parte das vezes, o que se verifica é que os projetos mediados pelo terceiro setor (ou "terceiros setores") não representa os reais anseios das comunidades, que pouco podem fazer para controlar o teor e o desenrolar dos projetos feitos em seu nome. Os excluídos da história e da cidadania oficiais estão cada vez mais insatisfeitos, e seu clamor dirige-se aos ouvidos moucos dos bem(??)-pensantes.

## **Anexo 2. Lucia Maria de Oliveira – presidente da Associação Cultural Jongueira do Tamandaré**

**Entrevista concedida em 04/04/2012**

Marcela: Lucia, tudo bem, é a Marcela que está falando aqui da Associação Cultural Cachuera!, e vou te identificar, Lucia Maria de Oliveira, presidente da Associação Cultural Jongueira do Tamandaré, certo?

Lucia: Certo, boa tarde.

M: Boa tarde, querida. Então, o que você acha da relação da Associação Cultural Cachuera! com a comunidade do jongo do Tamandaré?

L: O quê que eu acho da combinação, é isso?

M: Da relação que a Cachuera! tem com a comunidade do jongo do Tamandaré?

L: Eu acho ótimo, porque é muito bom a gente ter uma parceria com qualquer que seja outro grupo, qualquer que seja uma outra Ong, pra gente foi muito bom esta parceria com o pessoal do Cachuera!, porque criou, nós aprendiz...as pessoas... nós aprendemos com eles e eles também aprenderam alguma coisa com a gente.

M: Tenho certeza. O quê que você acha que você aprendeu com a gente assim?

L: Nós aprendemos a dar mais valor à parte da cultura, aprendemos a conhecer os valores que a gente tem, que a gente não sabia que tinha tanto valor, a cultura afrobrasileira, aprendemos a ver projetos, a procurar projeto para poder estar ensinando as crianças, passando a nossa cultura, que é o jongo, aprendemos muito com eles.

M: Que bom, então, falando mais especificamente sobre o Ponto de Cultura do Bem-te-vi, qual seria, na sua opinião, as críticas, crítica no sentido positivo, que você acha que foi positivo, ou tem sido, na verdade, por que o Ponto de Cultura permanece, mas o que você considera que foi positivo no Ponto de Cultura quando ele estava mais ativo, quais foram os pontos mais positivos?

Foi muito bom o Ponto de Cultura, o positivo foi que eles... colaborando pra que a gente pudesse estar passando aprendiz para as crianças sobre o jongo, eles deram muita força, pra que tivesse não só esse, pra que a gente fizesse, passasse pras crianças outros tipos de cursos também, que é o bordado, que a gente teve chance de estar ensinando, estar pagando pra alguém, pagando não, não é a palavra bem certa, estar dando uma ajuda de custo pros professores que vieram com muita boa vontade dar, como a dona Idelina que veio fazer a parte do bordado, o menino da capoeira, o Oliveira do hip-hop, então foi muito positivo o Ponto de Cultura, eles não falhavam, eles mandavam o dinheiro certinho, pra gente poder distribuir, para pagar a padaria que a gente comprava os lanches, as meninas que faziam a parte de estágio, eu acho que foi muito legal, foi uma pena ter acabado, e a gente não ter tido chance de já ter começado um outro projeto, pra poder continuar.

M: Pra dar continuidade, então isso na sua opinião é um aspecto negativo, porque a medida que o Ministério da Cultura interrompeu o Ponto de Cultura Bem-te-vi com aquela burocracia dos sessenta meses, eles praticamente se ausentaram.

L: É por que a medida que eles já não mandaram mais, porque se eles tivessem assim mandado um recado, uma escrita, um telegrama, alguma coisa, dizendo, olha está terminando o prazo, o prazo é tal, até tal dia a gente vai... vocês vão ter, depois vocês não vão ter mais ajuda, pra gente não deixar as crianças na mão, porque as crianças ficaram tudo na mão, porque ficaram sem ter onde ir, sem ter onde fazer seus exercícios, sem ter como... parar com todas as aulas, as crianças ficaram na mão e nós também, porque parou as atividades.

M: E elas não continuaram em nenhum momento, vocês ainda tem dificuldade pra conquistar a sede?

L: É, porque a gente não tem uma sede, ainda tem que ter, está em negociação com a prefeitura já há mais de 10 anos, a prefeitura, cada prefeito que entra arruma um motivo que não dá, que vai arrumar, e estamos aguardando, estamos esperando até agora.

M: Em relação ao Ponto de Cultura Bem-te-vi, aquelas atividades, não houve retomada então?

L: Não teve retomada.

M: E é uma frustração? Você considera? O quê que você sente, você como presidente da Associação?

L: Eu sinto muito ter acabado tudo, mas a gente já está correndo atrás de outro projeto, pra ver como a gente pode conseguir, a gente estava em atraso com aquele projeto do Griô, em prestação de contas, porque nós participamos, e quem prestava contas era o pessoal de Campinas, e parece que eles não prestaram contas, não arrumaram os documentos certinho, então a gente está em vermelho lá no departamento de cultura.

M: A Associação Cultural Jongueira do Tamandaré?

L: Associação Jongueira, então a gente não pode estar mandando projeto, diz que a semana passada, o pessoal viu que parece que já estava uma luzinha verde, porque eu não entendo bem no computador, mas eles veem lá, e daí pra gente tem que ver como é que está, pra gente poder estar enviando projeto, sabendo o que que tem de bom pra associações, pra grupo, a gente vai estar correndo atrás de novo, mas por enquanto a gente está assim, porque os mestres jongueiros tiveram uma ajuda de custo do Griô e teriam que prestar um serviço, e ficou meio impossibilitado por causa da escola, não eram todos os pais que queriam que o aluno participasse do projeto do jongo, das aulas que eles teriam que dar, então ficou meio complicado, mas agora já está ficando claro, algumas coisas que a gente conseguiu fazer na escola, a gente ainda está procurando foto, a diretora vai dar um papel direitinho, acho que vai ficar tudo bem.

M: Pra retomar o Griô, é isso?

L: Retomar o Griô, pra gente pode estar mandando outros projetos, porque o Ponto de Cultura eu acho que não tão já vai ter.

M: Pelo menos não tem notícia no Ministério a respeito disso. E justamente isso, quer dizer, qual a dificuldade que vocês têm pra lidar com estas burocracias que o Ministério exige, quer dizer, prestação de contas, aqueles documentos fiscais, nota fiscal, como é que você se sente?

L: É complicado. A gente tem que ter uma pessoa que tenha mais estudo, mais sabedoria, que sabe lidar...mas nós temos aqui um parceiro, que é o professor e diretor, ele toma a frente pra gente, que é o Sávio, então o Sávio que vê esta parte pra gente, entende melhor desta parte, ele que costuma ver.

M: Que bom. E o projeto Acervo Edição Didática, quer dizer, este novo projeto que a Cachuera! está levando com vocês, que é a produção do Kit, o livro, o CD e DVD?

L: Esse está sem problema, nós estamos caminhando, está tudo certinho com ele, a gente está caminhando, o povo... já estamos conseguindo um lugar pra ficar os livros, porque não pode ficar na casa de componentes, então já estamos vendo a biblioteca onde vai ficar os livros, já vamos deixar os CDs também, vamos ver o que a gente vai conseguir vender, vamos ver a maneira que vai ser distribuído só, e já estamos correndo atrás, está tudo certinho esse.

M: Que bom. E do ponto de vista da comunidade, da comunidade que eu digo fora do Tamandaré, você acha que este projeto vai ter uma repercussão, vocês esperam fazer essa repercussão, vocês próprios pretendem com esse material em mãos se mostrarem mais?

L: Vai ter uma repercussão boa porque é o livro e o CD, é o livro e o CD e muitas coisas, e todas.., a maioria das coisas que estão no livro foram escritas por componentes dos grupos, das duas comunidades jongueiras, que é...dos dois grupos de jongo, que é o Quilombolas e o Jongo do Tamandaré, então tanto escreveu.. as pessoas, os componentes do Quilombolas, como do Jongo do Tamandaré, então vai ser interessante, o pessoal vai gostar, por que tem a palavra, a fala do Jefinho, tem a fala do André, tem a da Jessica, tem a da Érica, as pinturas foram eles mesmos que fizeram, foi muito legal, foi muito bom, eu acho que vai... por isso... por tudo isso acho que vai ser fácil de vender, vai ser fácil do pessoal se interessar em estar lendo, estar vendo, em estar cantando os pontozinhos, estar ouvindo os pontos de jongo de novo, porque o pessoal da comunidade conhece os pontos, então eu acho que vai ser muito legal.

M: E tem o Centro de Memória, que como você falou vai ficar na biblioteca, a princípio, vai ficar na biblioteca.

L: É até que a gente tenha uma sede, pra estar aguardando tudo, pra estar arrumando tudo bonitinho, melhor na biblioteca.

M: E isso para você o quê que significa, porque é uma exposição de tudo que vocês nestes últimos anos, no caso a Cachuera! foi colhendo junto com vocês, quer dizer, vai expor essa... vai expor como nunca antes expôs a imagem de vocês, do jongo do Tamandaré?

L: É muito chique isso. Mas a imagem o pessoal já tem...já... a imagem até sempre está passando na Cultura, do filme do jongo do Tamandaré, daí passa o jongo de ontem, que é as meninas, então essa imagem o pessoal tem, porque sempre estão ligando aqui... olha vimos vocês na Cultura. Agora eu acho que o livro vai ser interessante pela maneira que foi feito... pela pinturinha de um, uma pinturinha de outro, uma falinha de um, uma de outro, acho que vai ser muito legal, eu achei extraordinário, a gente vai fechar com este livro.

M: Que bom. E mais alguma coisa que você queira falar sobre os projetos, o que vocês tem feito agora neste intervalo que as verbas do Ministério não estão vindo?

L: Neste intervalo nós estamos caçando projetos, procurando saber, vendo direitinho, procurando botar a associação em dia, entendeu?

M: Entendi.

L: Vê... assim, prestar conta do que ficou pra trás, tudo direito, correr atrás, pra gente estar podendo participar dos outros projetos que vão vir pelo departamento de cultura.

M: Exato, que bom, que bom que vocês estão se reorganizando nesta questão da Associação Cultural Jongueira.

L: É o que mais a gente tem que fazer, porque ver... a contadora... a contadora falou pra mim que está tudo certinho, e correndo atrás pra cercar tudo mesmo, CNPJ a gente já tinha, pra poder estar...indo atrás...pra ver se esse ano a gente começa pelo menos em agosto alguma coisa com as crianças de novo.

M: Vocês têm feito apresentações?

L: Não, agora começa neste mês de abril, maio.

M: Por que é a época das festas.

L: Até agosto começa o pessoal a chamar para a apresentação.

M: Que bom. Bem Lucia, na verdade é isso, eu queria dar um enfoque mesmo aos dois projetos, que é o Ponto de Cultura Bem-te-vi e esse projeto Acervo Edição Didática, nesse momento, que são os dois projetos que a Cachuera! leva com vocês.

L: É... mas estamos vendo, fico agradecida pela força.

M: É uma troca.

L: Interesse... pelo interesse em estar ajudando o pessoal do jongo aqui do Tamandaré e qualquer informação que você queira pode estar ligando pra gente... está disponível aqui para estar conversando.

M: Eu acredito que a gente só não consiga fazer mais pela, talvez pela distância.

L: É

M: Isso atrapalha um pouco, a gente podia ter uma proximidade maior, em reuniões, caso ou a gente estivesse aí, ou vocês estivessem aqui. Mas de qualquer forma a gente tenta manter sempre este contato ativo, vivo. O Paulo, com a equipe agora do projeto Acervo Edição Didática tem frequentado bastante aí, e ele gosta muito, e ele, e ele na verdade faz... tem uma torcida enorme pra vocês conseguirem a sede, pra justamente fortalecer cada vez mais esse...

L: É verdade. Vocês ajudam no que pode, até em reunião na prefeitura já ...

M: Ele faz.

L: A sede, ele vem junto com a gente, vai junto pra dar uma força e nós somos agradecido a isso.

M: Imagina, e é bom esta relação... importante é a relação humana que se.. que gerou, e é lógico, a preservação do jongo de vocês, do jongo do Tamandaré, tão importante, vocês, como a gente chama, depositários dessa herança cultural de avós e desses tão sofridos que conseguiram manter isso vivo. Está bom?

L: Está bom.

M: Então eu te agradeço muito pela sua atenção, a conversa, se ficar mais alguma perguntinha, eu dou uma ligadinha de novo.

L: Está bom. Não tem de quê.

M: Por enquanto eu acho que é isso...Por que na verdade a gente... eu mesma convivo com vocês já há quase 4 anos

L: Verdade.

M: A gente não formalizou, nunca houve uma entrevista assim mais formal, mas a gente está aí acompanhando o desenrolar dos projetos, por isso que esta aqui é apenas uma partinha, uma pequena parte de toda esta relação que já vem sendo desenvolvida segundo o Paulo, ele me falou recentemente desde 93, 1993, então quase 20 anos.

L: Verdade. Então fica assim, Marcela, a hora que você precisar de alguma coisa, você pode ligar...você

M: Eu te agradeço muito, um abraço em todos aí.

L: Um abraço. Boa Páscoa pra você.

M: Obrigada. Pra você também. Um abração.

L: Tchau, tchau.

M: Tchau.



### **Anexo 3. Ana Dulce A. M. Coutinho – Gerência de Patrocínio Petrobras**

#### **Entrevista concedida em 03/04/2012**

- 1) Quantos projetos de cultura tradicional popular brasileira foram inscritos e posteriormente selecionados e patrocinados pela Petrobras desde a criação do Programa Petrobras Cultural em 2003?
- 2) Qual o resultado institucional e mercadológico para a Petrobras ao associar sua marca com comunidades de cultura tradicional popular brasileira, como a do jongo do Tamandaré de Guaratinguetá, em São Paulo, através de projetos de patrocínio?
- 3) Quais em sua opinião são os principais benefícios do projeto Acervo Edições Didáticas para a comunidade do jongo do Tamandaré? E em oposição, caso considere existir, seus aspectos negativos?
- 4) Qual relação a Petrobras espera desenvolver com a comunidade do jongo do Tamandaré após o término do projeto Acervo Edições Didáticas, e com a Associação Cultural Cachuera!, criadora e mentora do projeto?

Desde o início, em 2003, o Petrobras Cultural privilegiou diversas ações em torno da cultura popular. As linhas do Programa foram trabalhadas de forma a contemplar as mais diversas manifestações das culturas e artes, apoiadas em ações de memória, produção, difusão e formação. Alcançamos todos os segmentos culturais, como música, artes cênicas, visuais, cinema, etc., entre os quais vários projetos atuam em torno de cultura popular.

É importante ressaltar que, tanto na apresentação do Petrobras Cultural como no corpo dos editais, muitas vezes explicitamos a cultura popular como exemplo, o que é a tradução do fundamental reconhecimento e também um forte chamado a todos os profissionais envolvidos na área, como pesquisadores, produtores e realizadores, que marcaram presença na inscrição de projetos e nos resultados, ou seja, entre os projetos efetivamente patrocinados.

Talvez, o mais significativo seja relevar os diversos editais realizados pela Petrobras, por onde resultaram muitas ações com foco em cultura popular, como prioritariamente ocorreu nas seleções de projetos de Patrimônio Imaterial ou mesmo nas de Formação, por onde

contemplamos com o patrocínio do projeto da Associação Cachuera! para as Edições Didáticas.

Nesta seleção a avaliação considerou o significativo percurso da Associação na pesquisa e difusão da cultura popular e que o projeto privilegia a inclusão do tema através de seu acervo na educação formal, não formal e na comunidade.

Para a Petrobras o trabalho em patrocínios faz parte das suas atividades de comunicação e pretende o fortalecimento da reputação da companhia, através de uma política de atuação cultural ampla e qualificada, e, portanto, em total respeito à diversidade e ao riquíssimo conjunto da cultura brasileira.

Pelo site da Petrobras estão disponíveis os projetos contemplados em todas as seleções, mas não há um filtro para "cultura popular".

Vou tentar alguns números que sejam relevantes para você, mas também listo abaixo algumas ações que rapidamente localizei, e que espelham diversas linhas de projetos e localidades.

Encontro de Culturas Tradicionais da Chapada dos Veadeiros

Manutenção das atividades e pesquisa do Circo Teatro Artetude

Memorial da Cultura Popular por Liêdo Maranhão

Disponibilização do Museu de Cultura Popular Nuppo

Festival Internacional de Trovadores e Repentistas

Memória, Identidade e Cidadania: Preservação e Divulgação dos Acervos Arqueológicos e de Cultura Popular Contemporânea do Museu do Marajó

Revitalização do Cavalo Marinho Boi Pintado

Escola de Jongo

Materiais educativos complementares ao Programa Educacional e Social do Museu Casa do Pontal

O Boi contou... Guimarães/MA

**Anexo 4. José Vicente Ribeiro (Shen Ribeiro) – Produtor Executivo Projeto Acervo Cachuera! Edições Didáticas**

**Entrevista concedida em 31/03/2012**

1) Quais as principais dificuldades em gerenciar o projeto Acervo Edições Didáticas do ponto de vista da Associação Cultural Cachuera!, e especificamente em relação ao jongo do Tamandaré?

Gerenciar um projeto com a Comunidade do Jongo do Tamandaré especificamente envolve dois pontos básicos, o primeiro é que a Associação Cultural Cachuera! já tem um passado com a comunidade de outros projetos, eventos e festas, acontecimentos estes que fizeram com que as pessoas pudessem aceitar o projeto sem maiores questionamentos, mas a informalidade perante os prazos e as contrapartidas dificultou a fluidez do trabalho que tinha uma equipe de campo e uma na capital.

O segundo ponto reside na distância geográfica e as diferenças de expectativas da comunidade e dos executores, sem dúvida não poder estar sempre juntos nos momentos de questionamentos da comunidade foi e será um ponto a ser considerado em futuras formatações de projetos.

2) Por ser o projeto uma criação compartilhada com as comunidades, quais as características de gerenciamento que poderiam ser absorvidas por estas comunidades, em especial a do jongo do Tamandaré?

A ideia de criação compartilhada com a comunidade deveria ter sido pensada na ocasião da formatação do projeto e não na sua execução, digo isso pois as ideias e etapas a serem trabalhadas teriam a anuência efetiva de quem ajudou a criá-las.

De qualquer forma, as oficinas que foram realizadas para trabalhar o conteúdo dos livros provaram que as comunidades se motivadas e informadas a respeito dos processos em andamento sem dúvida ajudaram e ajudarão a dar legitimidade ao projeto.

3) Quais as expectativas, em sua opinião, o patrocinador do projeto, a Petrobras, tem acerca do projeto frente aos objetivos institucionais e de comunicação da empresa?

Naturalmente o máximo de repercussão possível, mas no caso do Jongo um estilo que está se afirmando musicalmente na nossa sociedade e a possibilidade de termos os livros usados nas

escolas públicas e particulares poderá trazer a longo prazo para a Petrobras uma visibilidade muito maior do que um show de um famoso no Parque do Ibirapuera.

4) Outros comentários, se houver:

O maior inimigo sob o ponto de vista do gestor do projeto continua sendo os prazos, realmente o momento da formatação é a chave do sucesso de qualquer projeto, mesmo que todas as ações não estejam planejadas nos seus detalhes, os pilares principais de execução de cada projeto devem estar sob total controle do diretor executivo e do gestor.

## **Anexo 5. Alexandre Kishimoto**

### **Entrevista concedida em 31/03/2012**

Por favor, como você é denominado na ficha técnica do projeto?

Inicialmente fui chamado pelo Paulo Dias para elaborar o método e o planejamento das ações para realizar os processos e produtos descritos no projeto de maneira participativa com as comunidades. Nos três livros que estamos desenvolvendo, Paulo Dias, Maria Cristina e eu aparecemos como organizadores das oficinas de elaboração dos livros, organizadores e autores dos mesmos. De forma geral, atuamos também na articulação institucional dos diversos atores (membros da comunidade, pesquisadores, bibliotecas e centros de pesquisa locais, instituições parceiras etc.). Nós três atuamos também na coordenação das pesquisas prévias (levantamento e estudo dos trabalhos já publicados sobre os temas e regiões focalizados). Atuamos também na realização do documentário em vídeo sobre o Reinado do Jatobá, tanto em sua concepção e planejamento, quanto em sua realização.

1) Qual em sua opinião é o diferencial do projeto Acervo Edições Didáticas, criado pela Associação Cultural Cachuera!, e que resultados você espera alcançar, especificamente para a comunidade do jongo do Tamandaré com este projeto?

São vários os diferenciais do PAED. Trata-se de uma devolução qualificada dos registros realizados pela Associação Cultural Cachuera! ao longo de muitos anos em cada comunidade, ou seja, a criação de um centro de memória público, acessível à consulta e à pesquisa não só pela comunidade em questão mas também por terceiros. Além da apropriação criativa do material por parte das comunidades, espero como resultado, que os pesquisadores que realizaram pesquisas nas mesmas, que eles também depositem sistematicamente os materiais e os resultados de suas pesquisas no centro de memória da comunidade. Os livros são feitos de maneira participativa, isto é, envolvendo os membros de cada comunidade na definição dos temas e assuntos do livro, na elaboração de textos, desenhos, seleção de fotografias, etc. Isso dá um caráter inovador a eles, pois quebra aquele exclusivismo do pesquisador de fora que escreve sobre a comunidade, instaurando um diálogo entre pesquisadores de fora e pesquisadores de dentro da comunidade. Com a circulação e o uso dos kits por parte das comunidades escolares locais, espero que haja uma valorização não apenas das expressões culturais das comunidades, mas das próprias pessoas que a integram, suas histórias,

vicissitudes e conquistas. Com isso espero que o trabalho possa contribuir para a desconstrução de preconceitos e discriminações contra estas comunidades arraigados na mentalidade dos moradores do entorno destas. Espera-se também que os kits contribuam de fato para a aplicação das leis que versam sobre o ensino das histórias e das culturas africanas e afro-brasileiras, combatendo o racismo e a discriminação racial e religiosa.

2) Quais as principais dificuldades em executar o projeto Acervo Edições Didáticas através de um processo criativo compartilhado com as comunidades, especificamente a do jongo do Tamandaré?

A divisão da comunidade jogueira do Tamandaré em duas associações (o fato de haver duas associações não é o problema em si, mas os conflitos, intrigas, disputas etc. que ocorrem frequentemente entre elas, acarretando em novas negociações e atrasos no cronograma). A necessidade de se observar o tempo para a realização das atividades por parte dos membros da comunidade, que muitas vezes não corresponde às expectativas dos apoiadores. A demora e indefinição dos poderes públicos local e regional no apoio para a construção da(s) sede(s) das associações dos jogueiros, o que levou a uma mudança com relação à implementação do centro de memória. A necessidade de se pactuar e consensuar todas as etapas da elaboração do livro. A não autorização por parte do herdeiro de Araci em relação aos registros sonoros dela constarem no CD de músicas, o que está acarretando um novo trabalho de pesquisa no acervo sonoro e reelaboração de etapas de trabalho já realizadas.

## **Anexo 6. Maria Cristina Troncarelli**

### **Entrevista concedida em 03/04/2012**

Por favor, como você é denominada na ficha técnica do projeto?

O Paulo tem nos chamado juntamente com ele de coordenadores, mas na verdade ele é o coordenador deste trabalho. Eu e Alexandre podemos ser coordenadores das oficinas com a comunidade e juntamente com Paulo, editores dos livros.

1) Qual em sua opinião é o diferencial do projeto Acervo Edições Didáticas, criado pela Associação Cultural Cachuera!, e que resultados você espera alcançar, especificamente para a comunidade do jongo do Tamandaré, com este projeto?

Minhas expectativas são as mesmas do Alexandre, que os livros possam valorizar os saberes das comunidades envolvidas e também os autores como criadores e porta-vozes de sua própria história, vinculada à história de seus ancestrais e do Brasil.

Uma das minhas grandes expectativas é que os professores das escolas onde os livros forem entregues realmente façam uso deles em seu trabalho e que as sugestões que estou elaborando (a equipe irá complementar) possam realmente contribuir para o uso do livro no trabalho pedagógico.

2) Quais as principais dificuldades em executar o projeto Acervo Edições Didáticas através de um processo criativo compartilhado com as comunidades, especificamente a do jongo do Tamandaré?

As principais dificuldades são o curto tempo previsto para as atividades, recursos restritos que muitas vezes impedem a fluência do processo, atuar como “apaziguador” e buscar harmonizar conflitos internos dentro das comunidades; falta de uma maior integração e diálogo com a editora gráfica dos livros.

3) E seus maiores benefícios?

Pessoalmente esse projeto me fez estudar, ler uma bibliografia que me era desconhecida, conhecer personagens, episódios da história do Brasil e me aproximar da herança africana de uma maneira mais aprofundada. Portanto o projeto me ofereceu um crescimento intelectual,

artístico, político. Ao mesmo tempo, tenho adorado conhecer e conviver nas oficinas com as comunidades envolvidas, sendo muito prazeroso o trabalho de criação coletiva.

Gosto muito também de escrever de maneira acessível temas complexos para públicos não intelectuais, e esse projeto tem me feito exercitar essa “arte”.

4) Outros comentários, se houver:

Outra fonte de alegria foi conhecer o trabalho da equipe da Associação Cultural Cachuera e cada um dos profissionais envolvidos.